

Superior Tribunal de Justiça

DESIIS no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.527.873 - PR (2019/0178827-6)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
REQUERENTE : REAUTO RESTAURACOES AUTOMOTIVAS LTDA
ADVOGADO : MARCIO RODRIGO FRIZZO E OUTRO(S) - PR033150
REQUERIDO : MUNICÍPIO DE MARINGÁ
PROCURADOR : HAROLDO CAMARGO BARBOSA E OUTRO(S) - PR058248

DECISÃO

Trata-se de petição interposta por Reauto restaurações automotivas Ltda (fls. 2.673/2.674, e-STJ), requerendo a desistência do processamento recurso manejado às fls. 2.651/2.671 (e-STJ).

É o relatório. Passo a decidir.

Com efeito, a Segunda Turma, ao julgar o REsp 627.022/SC (Rel. Min. Eliana Calmon), didaticamente fez a distinção entre os seguintes institutos processuais: desistência da ação, desistência do recurso e renúncia do autor ao direito sobre que se funda a ação, conforme excertos parcialmente reproduzidos a seguir:

Desistência da ação – somente pode ser deferida até a prolação da sentença; após a citação apenas com a anuência do réu ou se este não anuir sem motivo justificado, a critério do magistrado (art. 267, VIII e §4º, do CPC/1973 e art. 485, VIII e §4º, do CPC/2015). É um instituto que tem natureza eminentemente processual, acarreta a extinção do processo sem julgamento do mérito, de modo que a demanda pode ser novamente proposta.

Desistência do recurso – somente tem direito à desistência do recurso a parte que recorreu; nos termos do art. 501 do CPC/1973 (art. 998, do CPC/2015), desnecessária a anuência do recorrido ou dos litisconsortes e somente pode ser formulado o pedido até o julgamento do recurso; nesta hipótese, prevalece a decisão imediatamente anterior.

Renúncia – é ato privativo do autor, pode ser exercido em qualquer tempo ou grau de jurisdição, independentemente da anuência da parte contrária; enseja a extinção do feito nos termos do art. 269, V do CPC/1973 e art. 487, III, "c", do CPC/2015 (extinção com resolução do mérito), impedindo a propositura de qualquer outra ação sobre o mesmo direito; é instituto de natureza material, cujos efeitos são os mesmos da improcedência da ação e, em havendo depósitos judiciais, estes deverão ser convertidos em renda da União; equivale, às avessas, ao reconhecimento do pedido pelo réu.

Ante o exposto, **homologo a desistência da fase recursal**. Neste sentido, determino a extinção do procedimento recursal relativo ao recurso de Agravo interno interposto às fls. 2.651/2.671 (e-STJ), nos termos dos arts. 998 do Código de Processo Civil de 2015, e 34, IX, do RISTJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES - Relator